

“DO AGENTE DERIVA APENAS A EXISTÊNCIA”: AVICENA E A CONCEPÇÃO COMUM DE CAUSA EFICIENTE NA METAFÍSICA VI,1

Tadeu M. Verza

UFMG/CNPq

Ao tratar das causas na Física,¹ Avicena afirma que serem em número de quatro é questão “postulada na física mas demonstrada na filosofia primeira”.² Ocorre que para Avicena não cabe à física apenas demonstrar que as causas são quatro, mas também que há causas, pois “provar que há causa para tudo que é sujeito a geração e corrupção, é passível de movimento ou é algum composto de matéria e forma, e que essas causas são apenas quatro, não é algo que o filósofo da natureza empreende, mas isso cabe ao metafísico”.³

Essa mesma posição é apresentada em *Metafísica* I, 1.⁴ Ao refutar que a investigação das causas possa constituir o sujeito da metafísica, Avicena afirma que o conhecimento da causa absoluta apenas é obtido depois do

1 Cito a *Física* da *Shifa'* pela seguinte edição: Avicenna 2009. Doravante *Física*, seguido de livro, capítulo e página. O texto árabe da edição de McGinnis é uma versão corrigida da edição do Cairo (*Al-Shifa', al-Thabi'yyat, al-sama'a al-thabi'y'*). Ed. S. Zayed, I. Madkour. Caire: Organisation Egyptienne Générale du Livre, 1983), tendo em vista a edição litografada de Teerã, de 1886, e a de Yasin (Beirut: Dar al-Manahil, 1996).

2 *Física* I, 2: 18.

3 *Física* I, 10: 64.

4 Cito a *Metafísica* da *Shifa'* pela edição do Cairo (*Al-Shifa', al-Ilahiyyat*, vol. 1. Ed. Qanawati et Zayid.; *Al-Shifa', al-Ilahiyyat*, vol. 2. Ed. Musa, Dunya et Zayid. Caire: Organisation Egyptienne Générale du Livre, 1960), doravante *Metafísica*, seguido de livro, capítulo e página, e uso a tradução de Bertolacci (Avicenna 2008), doravante B., seguido do número da página.

conhecimento que estabelece [a existência] da causa das coisas dotadas de causa. Pois enquanto não estabelecermos a existência da causa para as coisas dotadas de causas, estabelecendo que a existência destas depende daquilo que as precede em existência, não há implicação⁵ para o intelecto da existência da causa absoluta e o fato de ser uma certa causa.⁶

O argumento de Avicena tem em vista provar que não se conhece a causa absoluta sem se conhecer que ela existe. Como uma mesma ciência não pode ao mesmo tempo provar a existência de algo e tomá-la como seu sujeito, proibição que remonta aos *Segundos analíticos* e é tomada por Avicena como princípio, devidamente explicado em seu *Kitab al-Burhan*,⁷ a causa absoluta não pode ser sujeito da metafísica. No entanto, convém ressaltar que, pela passagem, pode-se apenas falar de causa, quer absoluta quer qualquer outra, quando se conhece que ela existe, o que só se dá quando se conhece que a existência do causado depende de algo que lhe preceda em existência, ou seja, que tudo o que é causado necessariamente depende de algo anterior, que é a causa.

Ainda que esteja longe de ser banal atribuir à metafísica a prova da existência de causas que respeite as exigências demonstrativas, não há na *Metafísica* nenhuma indicação de que esta prova é dada. Se se pode dizer que ela se encontra em I, 6 quando Avicena estabelece a relação entre o existente necessário e o existente contingente, ou em IV, 1, quando trata da anterioridade e da posterioridade, isto é matéria de uma investigação que ainda tem de ser levada a cabo.

O livro VI da *Metafísica*, dedicado exclusivamente às causas, considera-as devidamente estabelecidas, visto que se refere a elas como sendo um dos concomitantes que acompanham o existente enquanto existente.⁸ Quanto ao segundo item que cabe à metafísica no que concerne às causas em geral, ou seja, seu número, em VI, 1 se apresenta uma explicação, mas o número a que Avicena chega é cinco, na medida em que diferencia entre elemento e *hyle*, ainda que

5 Implicar (*lazim*) designa em lógica o modo pelo qual a conclusão segue uma vez estabelecidas as premissas. Cf. Goichon 1938, p. 366-368 (§651).

6 *Metafísica* I, 1, 8; B. 147-8.

7 Cf. Bertolacci 2007.

8 *Metafísica* VI, 1, 257; B. 498.

afirme que sejam quatro segundo outro ponto de vista.⁹ No decorrer da obra, limita-se apenas às tradicionais quatro causas.

Convém observar que o livro VI, ainda que trate das causas, dedica-se em grande parte às causas eficiente e final¹⁰ pois são estas que, segundo Avicena, cabem propriamente àqueles que se ocupam com as coisas divinas. Esse caráter do livro VI deve-se à distinção que Avicena faz entre causas eficiente e final metafísicas e causas eficiente e final físicas. Na *Física*, essa distinção é antecipada quando estas causas são referidas como princípios comuns:

Visto que nossa presente discussão diz respeito a princípios comuns, o agente e o fim considerados aqui são comuns a eles. Agora, o que é comum pode ser entendido de dois modos. O primeiro é o modo pelo qual o agente é comum na medida em que produz a primeira atualidade a partir da qual todas as outras atualidades se seguem, tal como a atualidade que proporciona à matéria prima a forma corpórea. Se há tal coisa [...], ela proporcionaria a fundação inicial depois da qual o que se seguir alcança completude. O fim seria comum se houvesse um fim [...] que fosse o fim em direção ao qual todas as coisas tendessem. Este é o primeiro modo. O outro modo pelo qual algo é comum é o da generalidade, como o universal *agente* é dito de cada agente particular de coisas particulares, e o universal *fim* é dito de cada um dos fins particulares de coisas particulares.¹¹

Segundo Avicena, a diferença entre os dois sentido é que o primeiro denota um existente que é uno e que não pode ser predicado de muitos, enquanto que o segundo algo que se aplica a muitos. Acentuando as conseqüências da distinção entre os dois modos de poderem ser ditos comuns, escreve:

O princípio eficiente comum a tudo segundo o primeiro sentido [...] não seria parte da ordem natural, pois tudo que é parte da ordem natural é posterior a esse princípio e este está

9 *Metafísica* V, 1, 258; B. 500. Uma divisão mais detalhada das causas encontra-se na *Najat* I, 12 (Cf. tradução em McGinnis; Resimann 2007, pp. 209-211). Ver também Jolivet 1991.

10 Sobre o tema, ver, entre outro: Wisnovsky 2004; Wisnovsky 2002.

11 *Física* I, 2: 16.

relacionado a tudo como princípio deles, pois são partes da ordem natural. Assim, se este princípio fosse parte da ordem natural, ou seria um princípio de si mesmo, o que é absurdo, ou outra coisa seria o primeiro princípio eficiente, o que é uma contradição. Conseqüentemente, o filósofo da natureza não tem motivo para discutí-lo, pois não tem nenhuma relação com a ciência da natureza.¹²

Assim, na *Física*, Avicena alerta para um princípio eficiente que está além da ordem natural e que, enquanto tal, é anterior a esta ordem e do qual ela depende, motivo pelo qual não pode ser investigado na física. No entanto, não há na *Física* o que caracteriza a distinção entre os sentidos de causa eficiente e final,¹³ o que só será devidamente apresentado na *Metafísica*. Em VI, 1, lê-se:

[...] os filósofos divinos não entendem por agente apenas o princípio do movimento, como fazem os da natureza, mas [também] o princípio da existência e o que a confere, como no caso do criador com relação ao mundo. Quanto à causa eficiente natural, essa não confere nenhuma outra existência senão a do movimento, segundo seus modos [...]. Entendemos por fim a causa em vista da qual se realiza a existência de uma coisa que é distinta dela.¹⁴

Para Avicena, o paradigma da causalidade não consiste na produção do movimento ou mudança na categoria da substância, mas no conferir existência, constituindo-se, assim, as causas final e eficiente as causas próprias da metafísica, as causas que competem ao metafísico examinar.¹⁵ Uma vez definido a causa eficiente como causa de existência, o restante de VI, 1 tem

12 *Física* I, 2: 17.

13 Ambas são denominadas “princípios comuns” e, por serem comuns, podem ser entendidas de dois modos. Ao concluir sua exposição sobre a causa eficiente, Avicena afirma que de maneira semelhante se descobre o estatuto da causa final. Cf. *Física* I, 2, §11.

14 *Metafísica* VI, 1, 257; B. 499. Tradução modificada.

15 Na introdução do tratamento das causas Avicena escreve: “Compete-nos agora discutir causa e efeito, pois estes dois estão entre as coisas que se vinculam ao existente enquanto existente”. *Metafísica* VI, 1, 257, B. 498. Cf. também I, 4, 26; B. 175.

como finalidade analisar essa noção, e o procedimento que Avicena adota consiste em expor em que medida esta concepção se diferencia de uma certa concepção comum¹⁶ que se tem dessa causa e do modo que ela opera, o que se apresenta de dois modos: que a não existência é anterior à existência e que o causado uma vez existindo não necessita do agente para continuar a existir.

A primeira observação que Avicena faz reside em mostrar que a causa eficiente, em sentido estrito, diz respeito tão somente ao conferir existência, e não ao conferir existência após não existência: “do agente não deriva o fato [da coisa] não ter existido nem de existir após não ter existido; do agente deriva apenas a existência”.¹⁷

Pode-se dizer que haveria uma dupla preocupação nesta observação sobre a causa eficiente: a primeira consistiria em uma crítica ao Kalâm¹⁸ e a segunda consistiria na elaboração de uma formulação da causa eficiente que marcasse sua diferença da concepção aristotélica.

Quanto à primeira, o termo coisa, *shay'*, foi foco de ampla discussão no Kalâm dado seu uso ambíguo no Corão.¹⁹ O Corão fala que não há coisa semelhante a Deus (42:11), mas também fala que toda coisa perecerá a não ser sua face (28:88). O ato de criação é exposto em duas passagens. Em 16:40 está escrito “Nosso dito para uma coisa quando a desejamos é dizermos para ela ‘sê’, e então é”; e em 36:82 está escrito “Sua ordem, quando deseja uma coisa, é dizer para ela ‘sê’, e então é”. Em ambos os casos o relato da criação consiste em dizer “sê” para uma coisa, quando então ela passa a existir.

Ainda que tenha havido um consenso quanto ao dizer que Deus é uma coisa afirmando-se que é “uma coisa não como as [outras] coisas” (*shay'un la ka-l-ashya'i*), a maior dificuldade residia em como entender os versos sobre a criação na medida em que referem-se a uma coisa

16 “Entre as opiniões comuns [se encontra] esta: a dependência da coisa que se chama efeito da coisa que se chama agente é somente segundo o sentido em que o não filósofo chama o efeito feito e o agente aquele que faz. Esta maneira [de expressar] significa que aquele recebe o ser, feito a obra de um artesão, foi feito, e este fez ser, confeccionou, fez. Tudo isso equivale a dizer que a existência vem a uma coisa de outra coisa após aquela não existir.” Avicenne 1999, pp. 373-374.

17 *Metafísica* VI, 1, 260; B. 504.

18 Avicena também se ocupa do estatuto do não existente em I, 5. Sobre o Kalâm ver, entre outros, Shahrastani 1986; Wolfson 1976; Gardet 1971.

19 Ver, entre outros, Frank 2000; Frank 1984; Klein-Franke 1984.

que já estava presente antes de Deus ordenar que esta coisa existisse. A maioria dos mutazilitas, portanto, foram levados a afirmar que tanto o existente quanto o não existente podem ser ditos “coisa”; existência e não existência seriam estados da coisa. Mais ainda, coisa poderia ser dita do não existente que agora existe e também do não existente que existirá no futuro, como o Dia do juízo. Não cabe aqui uma exposição das conseqüências dessa posição cuja articulação de um estatuto ontológico para coisa levou-a a ser acusada de violar o *tawhid*.²⁰

Ao afirmar que cabe ao agente apenas a existência e não a existência após a não existência, Avicena indicaria que a ação do agente não se limitaria ao mero alterar o estado de um preexistente, o que se oporia tanto à sua concepção de causa eficiente metafísica que será propriamente dita de Deus, como também à sua concepção de mundo eterno necessariamente emanado.

Quanto ao segundo objetivo da observação de Avicena, marcar a diferença entre sua concepção e a aristotélica, a afirmação de que à causa eficiente cabe apenas a existência é introduzida após a seguinte passagem:

[Certo tipo de] agente é aquele em que em um momento ocorre de não ser agente e cujo efeito ocorre de não ser causado mas de ser não existente, e depois advém a causa pela qual ele se torna agente em ato [...]. Em tal caso, [o agente] torna-se agente e dele deriva a existência da coisa [causada] depois que esta não existia, de tal modo que esta coisa possui a existência e possui [a característica] de não ter existido.²¹

Avicena refere-se aqui a um agente que às vezes age e às vezes não age, assim como a seu efeito que não existia e depois passa a existir. Esta maneira de se referir ao agente e seu efeito expressa a causalidade conforme a concepção aristotélica de causalidade,²² ou seja, trata-se da passagem da potência ao ato tanto para o agente quanto para seu efeito, na medida em que a causalidade eficiente explica a mudança. Este modo de entender a causa eficiente é comparti-

20 Sigo Wisnovsky 2003, pp. 146-148. Cf. também Wisnovsky 2000.

21 *Metafísica* VI, 1, 259-260; B. 503-504.

22 Cf. Richardson 2008, pp. 26-27.

lhado por Avicena em sua *Física*, mas viu-se acima que ele afirma que em se tratando da existência ela mesma, a causa eficiente é um conceito mais geral,²³ e o que ele entende por ser mais geral é expresso na definição de causa eficiente de VI, 1.

Como o propósito do livro VI da *Metafísica* é tratar da causalidade, principalmente da eficiente e da final uma vez que não mais respondem apenas pelo movimento, mas também pela existência, do restringir apenas à existência o papel da causa decorre negar qualquer vinculação desta com a potencialidade implicada na suposição de algo que antecede o agente.

Ocorre, no entanto, que a preocupação de Avicena não se limita a separar ser causa de existência de prévia não existência, mas mostrar que ainda que seja o caso, não há uma causa que explique a prévia não existência; propriamente, argumenta que a causa que explica a prévia não existência é a ausência de uma causa:

O fato de a coisa em questão [i.é, o causado] não existir [anteriormente] não é devido a uma causa que a produziu: que ela era não existente, de fato, pode ser devido a uma causa, isto é, a não existência de sua causa. O fato de sua existência se verificar depois de sua não existência, ademais, é algo que não ocorre graças a uma causa. Não é possível, de fato, que a sua existência se verifique senão depois de uma não existência. Porém, aquilo que não é possível não tem nenhuma causa.²⁴

Avicena está considerando três situações quanto ao causado: existência, não existência e existência após a não existência. A existência é possível que ocorra e possível que não ocorra, o mesmo quanto a não existência, e para ambos há uma causa para que ocorram ou não ocorram. Já quanto à existência depois da não existência, esta não tem uma causa²⁵ por dois motivos. Primeiro, se se entende que a existência se dá depois da não existência, considerando-se a existência enquanto tal, dar-se após a não existência é uma característica não essencial do causado que, enquanto causado, é apenas possível, e deve sua existência apenas e tão somente ao existente

23 *Física* I, 10: 48-9.

24 *Metafísica* VI, 1, 260; B. 504.

25 *Metafísica* VI, 1, 260; B. 504.

necessário, conforme exposto em I, 6; na divisão elementar dos existentes, a não existência é uma impossibilidade e, portanto, não pode ser condição para a existência: “sua existência [i. é, do causado], por si é não necessária, mas não é não necessária pelo fato de ocorrer depois da não existência”.²⁶ Segundo, se se entende o dar-se após a não existência como condição para a existência do causado, não há uma causa para tal condição pois ela é constitutiva da natureza da existência considerada, e é por isso que afirma:

[...] é verdade que a existência da coisa em questão pode ser e pode não ser depois da não existência. Não é verdade, no entanto, que a existência depois da não existência enquanto existência depois da não existência possa ser uma existência depois da não existência e não possa sê-lo.²⁷

As conseqüências da concepção equivocada quanto à natureza da causa eficiente não residem apenas em considerar que a existência se dá após a não existência, mas em supor que uma vez cessada a causa pela qual algo veio a ser, o causado persiste por si sem a necessidade do agente. De fato, para Avicena, a crença quanto à persistência do causado decore diretamente em tomá-lo como advindo após a não existência, na medida em que à causa eficiente caberia apenas essa passagem, que uma vez realizada implicaria na ausência desta causa e na conseqüente permanência autônoma do causado: “alguns sustentaram que o agente e a causa são requeridos apenas para se fazer que uma coisa exista depois de não existir, e quando a coisa existe, mesmo faltando a causa, a coisa existiria independente por si mesma”.²⁸

Para Avicena, os que defendem esta posição sustentam outras opiniões falsas, como a de que uma coisa depende de uma causa apenas para sua originação (*huduth*) e a de que a causa é anterior ao efeito e não simultâneo.²⁹ Que propriamente a causa não pode ser anterior ao seu

26 *Metafísica* VI, 1, 260; B. 505.

27 *Metafísica* VI, 1, 260; B. 505.

28 *Metafísica* VI, 1, 261; B. 506.

29 Cf. *Metafísica* VI, 1, 261; B. 506.

efeito temporalmente foi tratado por Avicena em IV, 1,³⁰ onde mostra que causa, anterior ao efeito ontologicamente, coexiste com ele no tempo e que a existência de um pode ser inferido da existência do outro. Assim, a tarefa de Avicena em VI, 1 residirá em mostrar que a primeira opinião não é o caso, e tal tarefa se dará em três partes. Primeiro, ele mostrará que mesmo depois que passe a existir o causado ainda requer uma causa de existência;³¹ depois, ele retomará a discussão sobre existência e prévia não existência no âmbito da originação reforçando a não dependência da primeira para com a segunda, e, por fim, mostrará que a concepção de causalidade eficiente na qual essa posição se apóia é equivocada.

Quanto à primeira, para Avicena “a existência após a originação deve ser uma existência necessária ou uma existência não necessária”.³² O que Avicena entende por necessário nesta disjunção não está claro. Aplicasse *stricto sensu* sua tipologia dos existentes, tal divisão seria incoerente não apenas na medida em que a originação pressupõe uma causa e o que tem existência necessária não é causado, como também, segundo Avicena, o que não é necessário não existe.³³ Necessário e não necessário devem ser entendidos como autonomia no permanecer a existir, ou seja, uma vez existindo permanece existindo por si ou não permanece existindo por si, o que se adequaria ao sentido pretendido pelo interlocutor, já que aquilo que uma vez existindo por não necessitar do agente pode ser dito necessário.³⁴

Estabelecido os termos, Avicena analisa as conseqüências da disjunção. Segundo ele, uma coisa é dita ter uma existência necessária quando a necessidade pertence à quiddidade desta coisa por si mesma ou quando pertence à quiddidade, mas sob certas condições. Ao inserir a discussão sobre a necessidade em termos de quiddidade, Avicena mostra empregar sua tipologia da existência, pois, segundo demonstrou em I, 6, é à quiddidade que se deve remeter para verificar se algo pode ser dito necessário, possível ou impossível. Assim, no primeiro caso, dado que coisa é dita ter uma existência necessária por sua quiddidade, ela não pode ser dita originada.

30 Cf Marmura 1997.

31 Avicena apresenta uma argumentação distinta sobre esse tema em sua obra *A origem e o retorno*, seção 19. Cf. Avicenne 2002; Avicena 2005.

32 *Metafísica* VI, 1, 261; B. 506. Cf. Richardson 2008, p. 38.

33 Cf. *Najat*, *Metafísica* II, 3. Trad. McGinnis, pp. 212-3

34 Aristóteles. *Metafísica* V. Cf. Richardson 2008, p. 39.

Quanto ao segundo caso, três são as condições que permitiriam algo ser dito necessário: originação, um atributo da quiddidade ou “algo diferente”, isto é, uma causa extrínseca.³⁵ Quanto à primeira condição, Avicena escreve:

Não é possível que a necessidade da existência desta quiddidade seja devida à originação. A existência da própria originação não é necessária por si. Como, então, a existência de qualquer outra coisa poderia ser necessária graças a ela?³⁶

Este argumento à primeira vista explica como a originação não fornece necessidade. Porém, como observa Richardson,³⁷ no interior do aristotelismo é possível afirmar que a originação de uma coisa seja necessitada por uma série infinita de causas sucessivas, como os filhos dependerem de seus pais e os pais de seus pais *ad infinitum*, pois o mundo é eterno. Como a originação de uma coisa é necessitada pela série, a originação seria parte de uma série necessária por si. A primeira razão apresentada por Richardson para a série poder ser tomada como necessária por si residiria na aplicação da afirmação de Avicena de que o necessário por si não tem causa, e como a série não teria um causa primeira, poderia ser dita necessária. Esta razão não parece coadunar com uma posição aristotélica, pois, no limite, Deus ou motor imóvel responderiam pela causa, ainda que final, da série. A segunda razão residiria no que se entender por necessário, no caso, aquilo que sempre existe.

A resposta de Avicena à segunda razão consiste em dizer que a originação é um processo e, como todo processo, tem um fim: “[...] a originação acaba. Como, então, poderia ser causa da necessidade de alguma outra coisa quando ela mesma não existe?”³⁸ Assim, pelo fato de ter um fim, ela não poderia conferir necessidade, o que seria o caso mesmo se se entendesse que a originação enquanto tal é necessária por si. Ainda que este seja o caso, Avicena afirma que se poderia dizer que a causa da necessidade não seria a originação em si, mas a existência de uma

35 Richardson 2008, p. 40.

36 *Metafísica* VI, 1, 261; B. 507.

37 Richardson 2008, p. 40.

38 *Metafísica* VI, 1, 261; B. 507.

coisa que sofre originação. Neste caso, segundo Avicena, não seria a originação que estaria mais em foco, mas um atributo da coisa originada.

Os atributos da quiddidade são a segunda condição elencada relativa ao conferir necessidade, e podem se apresentar de duas formas: como algo que pertença à quiddidade enquanto quiddidade, e não enquanto uma quiddidade originada, ou como um atributo que é originado junto com a existência da coisa. No primeiro caso, temos uma quiddidade que é necessária por si e, portanto, sem causa. No segundo caso, recai-se na segunda condição, qual seja, originação, e aquilo que foi originado viu-se não poder conferir necessidade. Avicena afirma que tal posição se sustenta mesmo se se supõe infinitos atributos pertencentes a algo: todos seriam necessários por outro, como ocorre com a sucessão infinita da geração de pais e filhos.³⁹ Assim, Avicena conclui que nem a originação nem atributos respondem pela necessidade de existência, restando apenas a causa extrínseca, motivo pelo qual não se pode afirmar que uma vez cessada a causa o efeito permanece.

Uma argumentação diferente é apresentada na Metafísica do *Danish Nama-i 'ala'i*.⁴⁰ Ali, segundo Avicena, o equívoco da crença comum de que algo, uma vez realizado, não depende mais do agente, deve-se a um “argumento inválido e um exemplo impróprio”⁴¹:

O argumento que oferecem é o seguinte: a existência daquilo que foi atualizado não precisa mais de uma causa para existir, pois aquilo que já foi feito não precisa ser refeito. O exemplo que eles usam é este: uma vez que uma casa foi construída por alguém, ela não mais precisa de um construtor.⁴²

Para Avicena esta posição é equivocada pois quando se trata da permanência da existência o que se impõem é considerar algo que mantém esta existência,⁴³ o que é evidente por conta

39 Avicena discute longamente os tipos de causalidade em VI, 2.

40 Morewedge 1973 (doravante *Danish Nama-i*, Metafísica). Há uma tradução integral do texto: Avicenne 1986.

41 *Danish Nama-i*, Metafísica, cap. 20, p. 50.

42 *Danish Nama-i*, Metafísica, cap. 20, p. 50.

43 Morewedge traduz “supporter”; Achena e Massé (p. 139) “continueur”.

do exemplo, pois o construtor da casa, ainda que seja a causa da casa, não é de fato a causa da existência da casa, assim como o pai não é a causa do filho, mas apenas da organização das partes de uma determinada maneira. A causa da forma da casa é certa disposição dos elementos que a compõem e a contenção daquilo que é natural a esses elementos, como o movimento para baixo dos corpos pesados, e Avicena afirma que é a união destas duas causas que consistem na causa da existência da forma da casa. O argumento mostra que não se pode confundir ser causa⁴⁴ com ser causa de permanência na existência, e em ambos os casos, tanto no *Danish Nama-i* quanto na *Metafísica*, o foco da exposição reside nos eventos naturais, ou seja, o procedimento de Avicena consiste em mostrar que a concepção comum que se tem de agente quanto à origem, ou seja, no âmbito da natureza, não responde pela permanência na existência cessada a causa, e que tal tarefa compete àquilo que é efetivamente causa do causado em questão, o que, no caso da *Metafísica*, será tratado em VI, 2.⁴⁵

Depois de discutir a permanência do causado cessada a causa, Avicena trata da negação da prévia não existência com referência àquilo que é originado. Seu objetivo aqui é mostrar que nem mesmo no âmbito da natureza à causa cabe a prévia não existência, pois ao tratar previamente do assunto sua preocupação foi mostrar como a suposição da prévia não existência estava vinculada à concepção de causa eficiente física, e negar a prévia não existência marca a diferença quanto à concepção de causa apresentada por ele. Seu primeiro passo é expor o que se entende por originado: “originado não é outra coisa que existência após não existência”.⁴⁶ Mesmo nesse caso não há qualquer relação entre a causa que faz existir e aquilo que vem a ser depois de não ser, ou seja, nem mesmo na originação, exposta em termos da prévia não existência, pode-se falar que o agente tem alguma participação nela. Avicena entende que no caso da originação, “existência após não existência” não se trata de uma expressão que define originação, mas que apenas a descreve, pois, “há aqui [na expressão] existência e há aqui vir a

44 “Uma causa se torna uma causa devido a sua ação. Portanto, uma causa se torna uma causa devido à ação, quando ela deve estar ativa de modo a que um efeito possa necessariamente resultar dela.” (*Danish Nama-i*, *Metafísica*, cap. 20, p. 50).

45 No caso do *Danish Nama-i* a discussão do existente necessário segue-se imediatamente e que ele responde por ser essa causa de manutenção na existência é sumariamente explicitado.

46 *Metafísica* VI, 1, 262; B. 508.

ser após o que não era”.⁴⁷ Entender deste modo originação permite que se refira à prévia não existência como um acidente que designa de *ittifâq*.

Ittifâq pode ser traduzido por coincidência ou acaso, e apesar do segundo sentido ser o mais comum quando utilizado por Avicena⁴⁸ e remeter a uma larga discussão realizada na *Física* I, capítulos 13 e 14,⁴⁹ coincidência adequa-se mais propriamente ao contexto do argumento. Isto porque acaso é definido como “uma causa por acidente das coisas naturais e voluntárias que não [as] necessita sempre nem no mais das vezes, e diz respeito àquilo que é em vista de algo cuja causa não o necessita essencialmente”.⁵⁰

A segunda parte da definição responde adequadamente ao expresso por Avicena quanto à prévia não existência na medida em que como ao agente cabe apenas a existência, não é essencial para sua ação a prévia não existência relativa ao causado. Quanto à primeira parte da definição, não seria o caso pois não há qualquer ocorrência em que a causa responda pela prévia não existência, mesmo no caso da criação. Assim, quando escreve que é absolutamente necessário para algum existente ser após não existência e para outros não,⁵¹ refere-se ao necessário e ao contingente, sendo que no limite o necessário é incausado.

Assim, ser um coincidente deve ser entendido em oposição à essencial, porém é coincidente em relação à causa, mas não é um coincidente em relação ao causado, pois do contrário não poderia afirmar:

A existência, portanto, enquanto existência desta quiddidade, pode ser devido a uma causa. A característica desta existência, por sua vez – isto é, o fato de que seja depois de não existir – não pode ser devido a uma causa. A coisa, enquanto a sua existência é originada, - isto

47 *Metafísica* VI, 1, 262; B. 508.

48 Também sugerido por Bertolacci. Cf. B. 508, nota 42.

49 Cf. Belo 2007 e Belo 2004.

50 *Física* I, 13: 87. O acaso não escapa da ordem divina: “O acaso se origina da interação destas coisas [isto é, das causas naturais e voluntárias], pois quando toda a realidade é investigada, ela resulta depender dos princípios necessitantes que descendem de Deus.” (*Metafísica* X, 1, 439; B. 799).

51 *Metafísica* VI, 1, 262; B. 509.

é, enquanto a existência que lhe pertence é caracterizada pelo fato de ser depois de não existir – não tem nenhuma causa real. A coisa tem uma causa, por sua vez, enquanto a sua quiddidade tem uma existência.⁵²

Portanto, demandar previa não existência pertence à quiddidade de algo, sobre a qual a causa não realiza nenhuma intervenção a não ser o conferir existência no limite do solicitado por essa quiddidade, tornando-a plenamente esta quiddidade determinada.

A discussão da prévia não existência é importante para Avicena também para apurar a concepção de agente. Segundo ele, os equívocos que surgem da concepção de causa eficiente repousam em uma falsa concepção de agente que tem como característica “ser uma causa em ato depois de ter sido uma causa em potência, não enquanto é apenas uma causa em ato”,⁵³ o que implica em que o agente está sujeito a algo que o torne agente em ato, ou seja, que há uma causa para que seja causa, o que compromete a concepção de causa eficiente metafísica na medida em que ela deve ser usada para descrever o modo da causalidade divina.

Em vista do exposto, Avicena pode concluir VI, 1 afirmando:

Se é evidente que a existência da quiddidade, enquanto existência desta quiddidade e não enquanto é depois de não ser, depende de uma outra coisa, a existência em questão, deste ponto de vista, é causada enquanto existe. Este, portanto, é um causado que depende de outra coisa. É claro que o causado tem necessidade, por si, de algo que confira existência para poder existir, enquanto a originação e aquilo que equivale a ela são coisas acidentais a ele. [É claro, portanto], que o causado tem necessidade de algo que confira existência sempre e constantemente, enquanto exista.⁵⁴

Avicena pretende ter eliminado uma das características da concepção comum que se tem da causa eficiente, mostrando que a causa eficiente em sentido próprio confere sempre e cons-

52 *Metafísica* VI, 1, 262; B. 509.

53 *Metafísica* VI, 1, 263; B. 510.

54 *Metafísica* VI, 1, 263; B. 510.

tantemente existência e não está vinculada a uma posterior não existência do causado. Em VI, 2, ele retoma a discussão dessa concepção comum, porém direcionada à simultaneidade entre causa e causado, fornecendo, em vista desta discussão, uma hierarquia da causa eficiente.

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o conceito de causa eficiente conforme definido por Avicena na Metafísica VI.1 em contraposição a certa concepção comum de causa eficiente que pressupõe a anterioridade da não existência relativamente à existência e a continuidade da existência do causado finda a ação do agente. Pretende-se mostrar os motivos que levam Avicena a refutar estas características e como tal refutação tem a finalidade de ressaltar o caráter original de sua definição de causa eficiente.

Palavras-chave: *Avicena, causalidade, Kalâm, emanção, agente.*

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the concept of efficient cause as defined by Avicenna in Metaphysics VI.1 as opposed to some common conception of efficient cause which presupposes the priority of non existence over existence and the continued existence of the caused even when the agent's action has already ended. This paper intends to show the reasons why Avicenna refutes these features and how such rebuttal is purports to emphasize the unique character of his definition of efficient cause.

Keywords: Avicenna, causality, Kalâm, emanation, agency.

Referências bibliográficas

AVICENNA 2008. *Libro della guarigione: Le cose divine*. Torino: UTET.

AVICENNA 2009. *The Physics of the Healing*, 2 Vols. A Parallel English-Arabic Text Translated, Introduced, and Annotated by Jon McGinnis. Provo: Brigham Young Univ. Press.

AVICENNE 1986. *Le Livre de Science*. Trad. M. Achena et H. Massé, 10a. édition revue et corrigée. Paris: Les Belles Lettres/Unesco.

AVICENNE 1999. *Livre des directives et remarques*. Trad. Goichon. Paris: Vrin.

AVICENNE 2002. *Livre de la genese et du retour*. Traduction française integrale par Yahya J. Michot (version exploratoire). Oxford.

BELO 2004. "Ibn Sina on Chance in the *Physics of al-Shifa'*". In: MCGINNIS (Ed.). *Interpreting Avicenna: Science and Philosophy in Medieval Islam*. Proceedings of the Second Conference of the Avicenna Study Group, Leiden: E. J. Brill, pp. 25-41.

BELO 2007. *Chance and Determinism in Avicenna and Averroes*. Leiden: E. J. Brill.

BERTOLACCI 2007. "Avicenna and Averroes on the Proof of God's Existence and the Subject-matter of Metaphysics". *Medioevo* 32, 2007: 61-98.

FRANK 1984. "*Al-ma'dum wal-mawjud*: The Non-Existente, the Existent, and the Possible in the Teaching of Abu Hashim and his Followers". *Mideo* 14.

FRANK 2000. "The Non-Existente and the Possible in Classical Ash'arite Teaching". *Mideo* 24.

GOICHON 1938. *Lexique de la langue philosophique d'Ibn Sina*. Paris: Desclée de Brouwer.

IBN SINA 1960. *Al-Shifa', al-Ilahiyyat*, vol. 1. Ed. Qanawati et Zayid.; *Al-Shifa', al-Ilahiyyat*, vol. 2. Ed. Musa, Dunya et Zayid. Caire: Organisation Egyptienne Générale du Livre.

JOLIVET 1991. "La répartition des causes chez Aristote et Avicenne: le sens d'un déplacement". In: JOLIVET et ali (Eds.). *Lectionum varietates. Hommage à Paul Vignaux (1904-1987)*. Paris: Vrin, pp. 45-65.

KLEIN-FRANKE 1984. "The Non-Existent is a Thing". *Le Muséon* 107, pp. 3-4.

MARMURA 1997. "Avicenna on Causal Priority". In: MOREWEDGE (Ed.). *Islamic Philosophy and Mysticism*. Delmar: Caravan Books, pp. 65-84.

MCGINNIS; REISMANN 2007. *Classical Arabic Philosophy: An Anthology of Sources*. Hackett Publishing Co.

MOREWEDGE 1973. *The Metaphysics of Avicenna (Ibn Sina): A Critical Translation-Commentary and Analysis of the Fundamental Arguments in Avicenna's Metaphysica in the Danish Nama-i 'ala'i (The Book of the Scientific Knowledge)*. London: Routledge & Kegan Paul.

RICHARDSON 2008. *The Metaphysics of Agency Avicenna and his Legacy*. Ph. D. Thesis. University of Toronto.

SHAHRASTANI 1986. *Livre des religions et des sectes*, 2 vols., Paris: Peeters/Unesco.

WISNOVSKY 2000. "Notes on Avicenna's Concept of Thingness (*šay'iyya*)". *Arabic Sciences and Philosophy* 10, 2, pp. 181-221.

WISNOVSKY 2002. "Final and Efficient Causality in Avicenna's Cosmology and Theology". *Quaestio* 2, pp. 97-123.

WISNOVSKY 2003. *Avicenna's Metaphysics in Context*. London: Duckwoth.

WISNOVSKY 2004. "Towards a History of Avicenna's Distinction between Immanent and Transcendent Causes". In: MCGINNIS (Ed.). *Interpreting Avicenna: Science and Philosophy in Medieval Islam*. Leiden: E. J. Brill.

WOLFSON 1976. *The Philosophy of the Kalam (Structure and Growth of Philosophic Systems from Plato to Spinoza, IV)*. Harvard University Press.

GARDET 1971. *Ilm al-kalam. The Encyclopaedia of Islam*, vol. III, Leiden: E. J. Brill, 1141-1150.

AVICENA 2005. *A origem e o retorno*. Trad. J. I. Iskandar. São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em 05/2011
Aprovado em 06/2011